

Dora Kramer*

Abuso faz a lei cair em desuso

Soa a impertinência com o discernimento alheio o embate de argumentos entre “especialistas” para definir se há campanha eleitoral antecipada, seja por parte de governistas ou de oposicionistas.

Evidente que há. As provas jurídicas podem ser insuficientes, mas as comprovações factuais estão à vista. Faz mais de ano que não se fala de outra coisa na política, que partidos e candidatos se movimentam em torno do assunto, que o noticiário tem como referência a eleição de outubro. Pedem votos, sim.

Assim como se dizia em 2025 que 2026 já começara, a campanha eleitoral começou muito antes. A disputa acontece de modo permanente e de maneira mais acentuada quando entraram em cena as redes sociais.

Nesse ambiente incontrolável, a legislação ficou anacrônica e a tarefa da Justiça Eleitoral tornou-se algo obsoleta ao submeter-se aos ditames de regras ultrapassadas pelos fatos escancarados.

Só num cenário de faz de conta admite-se a neutralidade do governo porque presidente e comitiva não participaram do desfile pan-

fletário, mas assistiram do camarote passistas fazendo o “L” na avenida e referências ao “13” da urna eletrônica.

O caso do presidente da República chama mais atenção devido à desproporcionalidade do poder e da visibilidade, mas convenhamos que Luiz Inácio da Silva tem a companhia de governadores, deputados, senadores e de todos os políticos que, no exercício de seus cargos, atrelam suas ações aos respectivos interesses eleitorais.

A oposição posa de vestal, mas é o roto falando do rasgado quando pede punições a Lula por causa do enredo de uma escola de samba. Onde estavam todos eles antes disso? Sabemos, já que cansamos de vê-los devidamente aboletados nos próprios palanques fazendo o que a lei proíbe, mas a farra da permissividade há muito autoriza.

Essa infração tem guarda compartilhada. É ampla e irrestrita. Sendo assim, talvez fosse melhor que se revogassem as disposições em contrário a fim de deixar que se locupletem todos e a Justiça não se faça de desentendida.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

A crise indefensável do STF

Nos meus sessenta anos acompanhando a vida pública brasileira, acredito que nunca tenha visto antes uma crise como a que o STF passa no momento. O ministro Alexandre de Moraes tem adotado atitudes como se fosse o dono absoluto do país. Outros ministros sob suspeita de envolvimento em práticas ilegais.

O presidente do STF, Édson Fachin, para conter esta onda de desmoralização do Supremo quis adotar um código de casa, mas foi, pelo menos por enquanto, voto vencido. Um ministro do STF, e de outros tribunais também, reconheçamos, até bem pouco tempo era figura inatacável, por seus conhecimentos jurídicos, seu comportamento profissional e lisura na vida pessoal.

Hoje estão todos expostos a críticas e denúncias que envergonham ex-ministros, como o mineiro Carlos Mário Veloso. O desgaste do Supremo Tribunal Federal, em especial, tende a aumentar. Ele está no centro da crise política brasileira e é alvo das correntes em disputa, especialmente do grupo da direita, inconformado com a condenação e prisão do ex-presidente Bolsonaro.

Desmoralizar o STF é parte da estratégia para reabilitar a imagem do ex-presidente e fazer aprovar a anistia que se justificaria por ter sido ele “vítima de um tribunal sem moral”. A expectativa fica para o comportamento futuro deste grupo, caso o Superior Tribunal Militar decida também punir o ex-presidente e seus aliados, expulsando-os das Forças Armadas.

O grupo partirá com a mesma virulência para cima do STM? Faço esta reflexão não como forma de aliviar a tensão e contestar as acusações sobre os ministros do STF. Há acusações graves que precisam ser apuradas. Há limites a serem impostos no comportamento de ministros de todos os tribunais, assim como é preciso impor limites no comportamento de parlamentares e membros do Executivo. Enfim, precisamos reorganizar o país. Se os que estão aí hoje, em postos de comando têm capacidade para isto, não sei. Assim como não sei como mudaremos o país se não mudarmos o eleitor.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

EDITORIAL

As chuvas e as repetidas tragédias anunciadas

O verão brasileiro volta a cumprir, mais uma vez, um roteiro conhecido. No fim de fevereiro e na virada para março, as nuvens carregadas chegam, os alertas se multiplicam e, com eles, a apreensão de quem vive em encostas, margens de rios ou áreas historicamente vulneráveis. Em 2026, as notícias sobre temporais no litoral de São Paulo, tanto na região Norte quanto na região Sul, e também, menos graves, porém factuais, na região metropolitana do Rio de Janeiro, repetem um cenário que o país insiste em tratar como surpresa, quando, na verdade, é rotina.

As chuvas intensas têm provocado alagamentos, deslizamentos e interrupções em cidades do litoral paulista, região que já foi palco de uma das maiores tragédias recentes do país. Em 2023, um temporal devastador atingiu o litoral norte de São Paulo, deixando dezenas de mortos e desaparecidos, além de milhares de desabrigados. O que se vê agora é a lembrança de que a geografia continua a mesma, o risco continua presente e a repetição não é coincidência.

No estado do Rio, a memória ainda é mais dolorosa. Em fevereiro de 2022, Petrópolis viveu a maior tragédia de sua história. Foram mais de 230 mortes em poucas horas, após um volume de chuva equivalente ao esperado para um mês inteiro cair sobre a cidade. Encostas cederam, casas foram soterradas, ruas desapareceram sob lama e escombros. O que ficou não foi apenas destruição material, mas uma cicatriz coletiva que o tempo não conseguiu apagar.

Outras cidades fluminenses também carregam esse histórico. Ainda em 2022, temporais no estado deixaram mortos, desalojados e cidades inteiras em

estado de alerta, com volumes de chuva extremos em poucas horas. Na Baixada Fluminense, como em tantas outras regiões, a combinação de ocupação desordenada, drenagem insuficiente e eventos climáticos intensos forma uma equação previsível e perigosa.

É importante dizer que a chuva, por si só, não é a tragédia. O problema é quando ela encontra cidades despreparadas para resistir. Não se trata de buscar culpados imediatos, mas de reconhecer um padrão. O Brasil reage com eficiência quando a calamidade já está instalada. Mobiliza resgates, arrecada doações, decreta emergências. Mas ainda investe pouco, ou investe tarde demais, naquilo que realmente salva vidas, a prevenção.

Há ainda um fator que agrava esse ciclo e precisa ser encarado com mais seriedade. Eventos climáticos têm se tornado mais intensos e concentrados, com volumes de chuva cada vez maiores em intervalos menores de tempo. Isso significa que o que antes já era risco hoje se transforma em ameaça ainda mais imediata. Ignorar essa mudança é permitir que tragédias anunciadas se tornem mais frequentes e mais devastadoras a cada verão.

Mapeamento de áreas de risco, sistemas de alerta eficientes, políticas habitacionais que retirem famílias de encostas, obras de drenagem, planejamento urbano. Essas medidas são conhecidas, debatidas e repetidas após cada desastre. Ainda assim, seguem sendo implementadas de forma desigual, fragmentada ou insuficiente diante da urgência.

O calendário das chuvas não muda. A pergunta que se impõe, a cada verão, é outra. Até quando o país vai aceitar que a tragédia também seja parte da estação?

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: STF ELEGE NOVOS PRESIDENTE E VICE APÓS REFORMA NA COMPOSIÇÃO

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de fevereiro de 1931 foram: Boatos indicam que o governo francês vai diminuir a tonelagem naval do país. Supremo Tribunal Federal elege novo presidente e vice-presidente, após reforma do número de integrantes. Estado precário da estrada Rio-Petrópolis preocupa os frequentadores do local. Marinha compará aviões italianos

HÁ 75 ANOS: PECUARISTAS PREOCUPADOS COM A IMPORTAÇÃO DE CARNE DA ARGENTINA

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de fevereiro de 1951 foram: Tropas Aliadas empurram exércitos chineses mais ao norte da península coreana. Pecuaristas integram um memorando a Vargas, solicitando a revogação da importação da carne da Argentina. Câmara e Senado elegem novas mesas diretoras. UDN pode enviar representante brasileiro para a reunião interamericana de Chancellers.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.